

ARGUMENTOS FALACIOSOS: UM PEQUENO COMPÊNDIO PARA EVITAR A COMPRA DE GATOS POR LEBRES

Prof. Dr. Fredric Michael Litti, da Escola do Futuro da USP

Publicado no Site Aprendiz do Futuro: www.uol.com.br/aprendiz em janeiro de 2004

Todo mundo sabe o que é uma mentira. Feita de uma pessoa para outra, ou para muitas outras, é uma afirmação cujos fatos enunciados não correspondem à verdade. Mentiras são maneiras de evitar uma possível punição ou de encobrir uma situação ridícula; pode ser também uma estratégia para não comprometer outras pessoas injustamente. Afinal, ninguém gosta de ser, ou merece ser, vítima de mentiras no que elas têm de condenável porque escondem a verdade. Por exemplo, houve uma época no Brasil, quando todos sabiam que se o governo federal anunciasse que não ia fazer alguma coisa, como criar um novo imposto, baixar uma nova lei de emergência... isso infalivelmente seria feito, e dentro de pouco tempo. A vítima de uma mentira sempre está em desvantagem porque não sabe a verdade, não tem a informação correta para tomar uma decisão acertada, podendo ainda se sentir em dúvida, num ceticismo perturbador, até que a verdade se imponha. A vítima de uma mentira age sob a influência de um ardil verbal. Acredita naquilo que supõe ser verdadeiro quando não o é. Podemos ser vitimados também por um outro tipo de desvio de pensamento que é tão perigoso e enganador quanto a mentira: a falácia.

Enquanto a mentira é uma informação falsa, uma falácia é um argumento falso, ou uma falha num argumento, ou ainda, um argumento mal direcionado ou conduzido. A origem da palavra "falaz" remete à idéia do deceptivo, do fraudulento, do ardiloso, do enganador, do quimérico. Para entender bem isso, é preciso lembrar que quando pessoas esclarecidas tentam convencer outras também esclarecidas a acreditar em suas afirmações, precisam usar argumentos, isto é, exemplos, evidências ou casos ilustrativos que confirmem a veracidade do enunciado. Como se vê, estamos falando de discursos, de enunciados, de declarações feitas com o fim de persuadir, levando alguém ou um grupo a acreditar numa coisa ou outra. Você acredita em tudo o que escuta ou lê? Claro que não. A diferença entre uma pessoa esclarecida e uma não- esclarecida é a maneira como ambas lidam com discursos: a primeira tem critérios para aceitar ou rejeitar argumentos; a segunda ainda não aprendeu os critérios para distinguir argumentos que carecem de fundamentação.

Note bem: não confunda mentiras com falácias. Mentiras são desvios ou erros propositais sobre fatos reais; falácias, por outro lado, são discursos, ou tentativas de persuadir o ouvinte ou leitor; promovendo um engano ou desvio, porque suas estruturas de apresentação de informação não respeitam uma lógica correta ou honesta, pois foram manipuladas certas evidências ou há insuficiência de prova concreta e convincente. Uma afirmação falaciosa pode ser composta de fatos verdadeiros, mas sua forma de apresentação conduz a conclusões erradas.

Toda pessoa esclarecida, instada a elaborar argumentos, por força do trabalho que executa ou de situações cotidianas, deve reconhecer nos próprios argumentos o uso proposital do raciocínio falacioso (intenção de ludibriar) e a imperícia de raciocínio (lógica acidentalmente comprometida). De uma forma ou de outra, compra-se ou vende-se gato por lebre.

Uma vez sabendo identificar falácias, você vai começar a vê-las por todo lado. Nos discursos de candidatos a cargos políticos, nas notícias de jornal (tanto impresso quanto televisivo), nas reuniões de condomínio, nas frases de vendedores (de imóveis, de carros e planos de saúde, de cartões de crédito). Há quem cometa falácias sem malícia, meramente como resultado de raciocínio apressado ou ingênuo. Mas é mais freqüente encontrar falácias em argumentos de pessoas ou instituições que querem enganar o ouvinte, querem convencê-lo a concordar com o enunciado (seja votar, comprar ou decidir, manipulando a vontade do interlocutor).

Para quem é professor, por exemplo, é mais importante levar seus alunos a entender como identificar falácias enunciadas por outros, e como não cometer uma falácia, do que ensinar uma grande quantidade de fatos a serem memorizados e logo esquecidos. Aquilo que o professor ensina aos seus alunos deveria ficar com eles até o fim dos seus dias, protegendo-os de políticos capciosos, vendedores oportunistas e de vizinhos intimidadores, desejosos de manipular o pensamento dos seus ouvintes, enganando-os com argumentos falsos ou desviados.

Assim, uma falácia não é apenas um erro; é um erro de um certo tipo, que resulta do raciocínio impróprio ou fraudulento. A falácia tem todo o aspecto de um argumento correto e válido, embora não o seja. Esse é seu grande perigo: parece correto, mas não é, além do que, leva a outros erros de pensamento, como conclusões erradas. Existem três grandes categorias de falácias: (A) aquelas baseadas em "truques de palavras"; (B) aquelas que representam a perversão de métodos de argumentos legítimos, especialmente o indutivo; e (C) aquelas que representam argumentos extraviados ou desencaminhados.

Para cada tipo de falácia daremos o nome, uma definição e um ou mais exemplos. [O autor ficará feliz em receber de leitores sugestões de falácias aqui omitidas para serem acrescentadas numa nova atualização].

Confira:

1. Equívoco

Definição: Uma mudança ou modificação no sentido de uma palavra; o que é verdade na primeira definição não é necessariamente verdade na segunda.

Exemplo: (Do mundo de enunciações políticas ou jornalísticas) "Durante a última década, nossos Estados soberanos têm se juntado para formar uma grande unidade político-econômica: o Pacto Hemisférico. Assim sendo, o Pacto está unido, pronto para lutar contra agressões do exterior de todos os tipos".

Análise: Na primeira frase, o "Pacto Hemisférico" significa uma reunião de cooperação econômica entre entidades políticas distintas. Na segunda, significa uma união geral. O que é verdade na primeira frase não é necessariamente verdade na segunda. Talvez alguns Estados membros queiram agir independentemente do Pacto no caso de eventos não-econômicos, como incidentes de não-respeito aos limites de fronteiras nacionais, de espaço aéreo ou bloqueio de sinais de radiodifusão, por exemplo.

2. Conotação Contrabandeada

Definição: O uso infundado ou improcedente de termos.

Exemplo: (Do mundo de enunciações políticas)
"Paulo da Silva bebe cachaça diariamente, em grande quantidade. Devemos elegê-lo deputado, colocando nossa comunidade nas mãos de um pingüço?"

Análise: Um pingüço não é simplesmente alguém que bebe exageradamente. A palavra tem conotações sociais extras, de depravação e delinqüência; o locutor não demonstrou que Paulo da Silva se enquadra nessas circunstâncias. Trata-se, pois, de manipulação semântica ostensiva. Lewis Carroll tocou nesse ponto ridicularizando as palavras de Humpty Dumpty para Alice, em Através do Espelho: "Quando eu uso uma palavra, significa exatamente aquilo que quero que signifique".

3. Eufemismo e Hipérbole

Definição: O uso de palavras de exagero e com sentido conotativo (hipérboles metafóricas) ou de suavização eufemística (tentativa de diminuir o impacto), para mascarar uma realidade indesejável, para desensibilizar a consciência

Exemplo: (a) "campo de recolocação" (eufemismo para designar locais de detenção de prisioneiros)
(b) "campo de concentração" (eufemismo usado durante a II Guerra Mundial para designar locais de execução de pessoas inocentes)
(c) "genocídio" (exagero metafórico usado por sindicatos de empregados para designar a demissão maciça de funcionários).

Análise: O uso de palavras que distorcem a realidade, acentuando determinados aspectos positivos ou negativos, é um exemplo de manipulação semântica.

4. Ênfase Incorreta na Frase

Definição: O uso proposital de ênfase numa frase para dissimular uma intenção que o falante prefere esconder.

Exemplo: (Do mundo de anúncios publicitários)
"NOSSO PLANO DE SAÚDE OFERECE ASSISTÊNCIA E COBERTURA INTEGRAL!!
Exceto em casos de parto e doenças preexistentes" .

Análise: A primeira frase está em caixa alta e fonte grande para chamar atenção, dar ênfase, enquanto a segunda está em caixa baixa e fonte pequena, anulando a noção de completude da palavra "integral", conforme está prometido na primeira parte em letras maiúsculas.

5. Uso Incorreto de Etimologia

Definição: O uso indevido das origens das palavras para provar um sentido que não é mais o usual e normativo da palavra.

Exemplo: (Do mundo da Educação) "'Educação' vem das raízes latinas 'e' (significando 'para fora'), mais 'ducere' (significando 'conduzir' ou 'trazer'). Assim sendo, 'Educação' significa, literalmente, revelar o que está dentro do estudante. A instituição que tenta impor conhecimento de fora para dentro está pervertendo os objetivos da Educação".

Análise: O amplo termo "Educação" hoje em dia acomoda muitos significados, seja qual for o sentido de sua raiz. De qualquer maneira, não é possível provar que certas práticas são boas ou ruins pela simples análise do significado vocabular. Isso também é exemplo de uma definição tendenciosa, porque desconsidera a perda da significação etimológica e os novos valores investidos na palavra "Educação".

6. Acidente

Definição: O erro de tratar como permanente uma qualidade que pode ser apenas temporária.

Exemplo: (Do discurso universitário)
"Na época da ditadura militar, o Professor Silva apoiava o regime vigente. Hoje ele é candidato à chefia do departamento. Devemos eleger um reacionário nosso chefe?"

Análise: O fato de uma pessoa ter sido reacionária há vinte anos não significa que continue a sê-lo. Continuar a ser ou deixar de ser um reacionário é um fato que não admite conclusões generalizantes sobre a conduta atual do professor. O argumento desconsidera a possível mudança de ideário do professor.

7. Coisificação, ou Reificação

Definição: O erro de tratar um conceito abstrato (por exemplo, "Liberdade", "Justiça" ou "Progresso") como um ente real e concreto, como uma "coisa".

Exemplo: (Do mundo da política e das redações colegiais apressadas) "O Brasil se tornará uma grande potência porque esse é o seu destino. O país caminha prometido ao sucesso".

Análise: Aqui, o locutor está designando algo chamado "destino" como a causa de algum acontecimento. Mas, tudo o que sucede a nós ou ao país é obra do destino? Se isso é verdade, então "destino" parece ser um conceito determinista que se aproveita de um sofisma a partir do conceito de potência. Que ente misterioso vem a ser o destino, que seria capaz de grandes e significantes eventos? A Segunda enunciação mostra também a falácia de circularidade, isto é, de arguir "em círculo", tautologicamente, sem provas para substanciar as afirmações.

A PERVERSÃO DE MÉTODOS LEGÍTIMOS DE ARGUMENTAÇÃO

8. Depois do Fato, Portanto Devido a Ele

Definição: O erro de empregar cronologia para sustentar uma prova de causa e efeito. Dito de outra forma, é o erro de acreditar que porque um evento precede outro, o primeiro deve causar o segundo. Por exemplo: Se B segue A, então A devia ter causado B. [Também chamado em Latim de post hoc ergo propter hoc.]

Exemplo 1: (Do mundo empresarial)
"Estávamos perdendo dinheiro na firma há muitos anos. E aí, eu virei gerente. Agora estamos lucrando. A razão é óbvia".

Análise: Talvez sim, talvez não. Não é possível que outros fatores tenham influenciado o andamento da firma (uma mudança no gosto do mercado, uma melhoria no poder aquisitivo da clientela, o desaparecimento de um concorrente forte, por exemplo)?

Exemplo 2: (Do mundo de escritos históricos)

"Tanto a Revolução Francesa como a Revolução Russa foram seguidas de rebelião literária. Claramente, revolta política causa rebelião nas artes".

Análise: E pela mesma lógica, a Primeira Guerra Mundial deveria ter levado à Semana de Arte Moderna em São Paulo, em 1922. Revoluções artísticas não necessariamente decorrem de revoluções políticas; talvez rebelião política e artística sejam ambas causadas por um terceiro fator; é possível também que não haja outra relação além de mera coincidência. Os fatos apresentados não admitem, neles mesmos, qualquer conclusão, pois desconsideram outras incidências possíveis (por exemplo, tecnológicas ou demográficas).

9. Números Grandes

Definição: O erro de tentar "impressionar" com grandes números.

Exemplo: (Do mundo jornalístico)
"Dez milhões de pessoas sofrem de doenças mentais no Brasil. Esse é o nosso principal problema social".

Análise: Num país com cerca de duzentos milhões de habitantes, mais pessoas ainda podem sofrer de outros tipos de distúrbios. Quase todo mundo tem cáries dentárias, mas as cáries não constituem nosso principal problema de saúde. E qual é a regra que mede a seriedade dos problemas sociais em simples números? Grandes cifras nos impressionam muito, mas não deveriam eliminar a lógica para determinar a primazia de uma questão social.

10. Significância Ambígua

Definição: O erro de tentar convencer através de ambigüidade proposital nos termos ou nas premissas.

Exemplo: (Do mundo do jornalismo) "89% dos brasileiros têm problemas de cáries nos dentes".

Análise: Antes de saber se esta é ou não uma afirmação significativa, o leitor teria que verificar como o Brasil se compara a outros países do mesmo tamanho ou situação sócio-econômica para saber se este índice está alto ou baixo. A boa matéria jornalística procura estabelecer o contexto do problema para o leitor. Este exemplo também demonstra as falácias de "contextualização" e "números grandes".

11. Citação Fora do Contexto, ou Contextualização

Definição: Selecionar de uma citação apenas os trechos mais "convenientes" para o ponto de vista do falante, e assim distorcendo o sentido do original.

Exemplo: (Do mundo da publicidade de livros e filmes)
O crítico literário escreve: "Eu leria este livro com prazer apenas se fosse o único livro no mundo, ou se eu estivesse numa ilha deserta e não tivesse mais nada para ler". Na sua publicidade, a editora cita o crítico: "Eu leria este livro com prazer....se eu estivesse numa ilha deserta....".

Análise: Mutilando o conteúdo, a editora dá a impressão de uma resenha favorável -- o que não é o caso --para enganar o leitor.

12. Falácias de Estatística

Definição: Existem muitos tipos de falácias com relação ao uso de estatística, entre os quais a apresentação ambígua do contexto no qual a quantificação foi determinada.

Exemplo: (Do mundo da publicidade) "LAVOL, o fantástico detergente, lava 95 vezes mais branco que qualquer outro sabão" (sem maiores detalhes e comprovações).

Análise: Não vale a pena prestar atenção a enunciações como esta. Não sabemos como foram feitos os testes, ou quais as referências comparativas para admitir o sentido de "mais branco". O uso de estatística obriga o relator a dizer os métodos usados, os controles do fabricante sobre a fórmula do produto e outras variáveis relativas aos concorrentes.

13. Composição

Definição: É o erro de argumentar que o que é válido para todos os membros de um grupo é válido para o grupo como um todo.

Exemplo: (Do mundo universitário)
"Esta comissão deve ser preconceituosa, uma vez que todos os seus membros, como todas as pessoas, têm preconceitos".

Análise: Certo, mas talvez os preconceitos individuais neutralizem um ao outro, ou se contrabalancem.

14. Divisão

Definição: Oposto a composição, é o erro de supor que o que é válido para o grupo como um todo, também é válido para cada um dos seus membros.

Exemplo: (Do mundo da política governamental ou empresarial)
"Se nós aplicarmos mais 20% em aumentos salariais, todo mundo terá mais 20% para gastar".

Análise: Isso depende de como o dinheiro é proporcionalmente dividido. Alguns podem receber mais do que outros na distribuição desse percentual.

15. Falácia Genética

Definição: O erro de supor que o conhecimento das origens de um produto do intelecto (um poema, um romance, um relato histórico...) permite explicar sua forma ou sua estrutura. É freqüentemente encontrada em críticas literárias que enfatizam excessivamente as influências biográficas na criação literária de autores, como o caso do alemão Johann Goethe e seu romance Os Sofrimentos do Jovem Werther.

Exemplo: (Do mundo da crítica literária)
"Sabemos que o poema 'Kubla Khan' veio ao poeta inglês Samuel Coleridge num sonho; assim sendo, deve carecer de estrutura racional".

Análise: Não carece. Tem estrutura racional, apesar de suas origens num contexto normalmente não associado ao racional. O crítico assume como conclusivo que o automatismo da linguagem onírica só pode ser um delírio, nunca um discurso coerente, como no ineditismo poético de Coleridge.

16. A Ladeira Escorregadia

Definição: Argumento sugerindo que se nós permitimos que algo aconteça ou comece, conseqüentemente uma outra coisa acontecerá, com certeza ou boa probabilidade, seguida ainda de outra coisa, e assim por diante, descendo uma "ladeira escorregadia", até chegar a uma situação claramente indesejável.

Exemplo: (Do mundo político)
"Agora querem registrar armas de uso pessoal. Depois serão todas as armas; e mais tarde vão querer confiscar todas as nossas armas. Será um estado totalmente controlado pela polícia".

Análise: Pensando na possibilidade de um "estado policial", esquecemos que o enunciador não demonstrou a inevitabilidade da seqüência de eventos sugeridos. Se existir qualquer dúvida sobre a conexão entre um evento e outro, não é possível acreditar na enunciação.

ARGUMENTOS EXTRAVIADOS

17. Reivindicação à Perfeição, ou a Exigência de Perfeição

Definição: O que exige apenas a "solução perfeita" para qualquer problema, e desprezando ou ridicularizando as demais sugestões. Normalmente, toma a forma de uma objeção a uma idéia oferecida.

Exemplo: (Do mundo da política governamental ou sindical) "A automação da indústria desemprega muitas pessoas; assim, é economicamente desaconselhável".

Análise: Mas talvez as vantagens duradouras da iniciativa superem a desvantagem de suas conseqüências imediatas; ou, talvez qualquer plano alternativo tenha desvantagens maiores. Objeções existem para qualquer plano. Soluções propostas não devem ser vistas como integralmente perfeitas ou prejudiciais.

18. Circularidade, ou Evitando a Questão

Definição: É o erro de tentar usar repetição ou reiteração como evidência ou prova numa discussão de relação entre causa e efeito. É argumentar "num círculo" (circularidade), tendenciosamente e tautologicamente. [Também chamado em Latim de *petitio principii*.]

Exemplo 1: (Do mundo empresarial ou acadêmico) "O seu trabalho é inferior porque é simplesmente ordinário. Porque é ordinário é simplesmente inaceitável. E, uma vez que seu trabalho não presta, nós não devíamos aceitá-lo".

Análise: Análise: O enunciador não ofereceu nenhuma crítica clara e objetiva ao trabalho, apenas o depreciou, revelando uma observação de caráter emocional em lugar de um julgamento pertinente e referencial.

Exemplo 2: "(Do mundo jornalístico)
"Advogados são honestos. Sua integridade é comprovada pelo livro Homens e a Lei, obra elogiada sem reservas por sua fidedignidade pelo Professor Ortiz, inquestionavelmente digno de confiança, uma vez que ele mesmo é um jurista proeminente".

Análise: O valor do testemunho do Professor Ortiz ganha credibilidade como discurso de autoridade, ou seja, pressupõe que advogados são honestos. Tais argumentos podem ser altamente enganosos, sobretudo quando um falso mérito (o culto de "doutor") torna-se sinônimo de qualificação profissional, representando status junto à opinião pública.

Exemplo 3: (Do mundo das crenças religiosas)

A: "Moisés foi divinamente inspirado".

B: "Como você sabe?"

A: "Porque a Bíblia disse que foi".

B: "Mas como vou saber se a Bíblia é fidedigna?" A: "Porque foi escrita por Moisés, que é divino".

Análise: O falante aqui está assumindo como tácito aquilo que ele está tentando provar, usando a mesma afirmação tanto como premissa como conclusão. O enunciador continua repetindo sua enunciação, preso a um círculo no qual ele não oferece nenhuma prova para dar mérito a sua afirmação. Normalmente é fácil identificar esta falácia; mas quando o discurso é longo, e os elementos ficam bem separados dentro da enunciação, fica mais difícil reconhecer e combater este erro. Há que se considerar o discurso religioso cediço à falácia porque monossêmico, sustentando apenas o valor ideológico autoritário e muitas vezes ancestral, não admitindo refutação-dai os princípios fundamentalistas e a fé cega.

19. Auto-Contradição

Definição: O erro de apresentar dados que são logicamente incompatíveis. As idéias apresentadas são tais que se uma é verdade, a outra deve ser falsa.

Exemplo 1: (De múltiplos contextos, especialmente o universitário) "Isto não é o que o senhor queria, mas eu trabalhei bastante nele, e então o senhor deve ficar satisfeito. De fato, trabalhei horas extras na biblioteca e em casa. Então, o senhor deve me premiar pelo meu esforço, e o tempo consumido nesse projeto".

Análise: Se não for o tipo de trabalho que foi solicitado, não adianta criar uma cortina de fumaça. Os argumentos são irrelevantes. O enunciador está fazendo um apelo emocional para que o esforço seja aceito em lugar da competência.

Exemplo 2: (Do mundo empresarial)
"Apesar dos aumentos em nossa firma serem atribuídos por merecimento, o senhor deve aumentar o meu salário, mesmo que meu trabalho seja inadequado. Afinal de contas, faço parte da firma há muito tempo, e o senhor sabe que eu sempre fiz o melhor que pude".

Análise: Trata-se de apelação emocional, totalmente desprovida da evidência fatural ou lógica.

20. Non-sequitur, ou "Não Segue"

Definição: O erro de apresentar uma conclusão que não é derivada das premissas ou evidências dadas.

Exemplo 1: (Do mundo empresarial) "Esse é o melhor anúncio que eu já vi. Então, deve melhorar nossas vendas".

Análise: Análise: A conclusão depende inteiramente da opinião subjetiva do falante, e como tal não permite tirar uma conclusão segura e precisa.

Exemplo 2: "Você tem um título de MBA? Então, você deve ser um estudante muito aplicado".

Análise: A informação que põe em relevo certos prestígios e conquistas de reconhecimento notório não representa garantia de competência.

21. Generalização Precipitada

Definição: O erro de afirmar que o que é verdade em algumas instâncias deve ser verdade em todas ou em quase todas as instâncias, ou de tentar estabelecer uma regra geral após achar algumas poucas evidências. É tentar caracterizar uma grande população a partir de evidência de poucos dos seus membros. [Também chamado em Latim de *secundum quid*.]

Exemplo 1: (Do mundo empresarial)
"João estava atrasado para o serviço na segunda-feira. Suzana e José estavam atrasados na terça-feira. João, Suzana e José fazem parte do mesmo departamento, que tem vinte funcionários. Evidentemente, os funcionários daquele departamento sempre chegam atrasados ao serviço".

Análise: As palavras "sempre", "nunca" e "única" são termos absolutos, que não permitem qualificação (como "quase sempre"), e só devem ser usadas quando realmente apropriadas. Três pessoas entre vinte não representam uma "tendência", mas uma amostragem baseada em ocorrências circunstanciais e, portanto, de caráter não-representativo; assim, a afirmação é injusta e incorreta.

Exemplo 2: "Escrevemos ao Senhor Camargo sobre sua fatura atrasada nos dias 7, 14 e 22 de maio. Ele não respondeu a esses pedidos. Ele não responderia a nenhum outro pedido que poderíamos mandar. Vamos processá-lo".

Análise: O enunciador pode provar que o Senhor Camargo não respondeu? Talvez suas mensagens tenham se extraviado. O enunciador pode provar que ele não vai responder a futuros pedidos?

Exemplo 3: (Do mundo jornalístico) "Entrevistei cem pessoas em duas favelas de São Paulo sobre seus hábitos alimentares. Acredito que as minhas conclusões dão um retrato fiel da situação alimentar da população favelada na cidade".

Análise: Numa cidade com 1500 bolsões de pobreza não é possível que haja mais variedade de respostas e assim outras conclusões?

22. Generalização Desmedida

Definição: Fazer afirmações, sem apresentar evidência convincente, ultrapassando tanto a lógica quanto a complexidade inerentes a contextos distintos, é reunir pessoas ou coisas numa só categoria na qual, na realidade, não se enquadrariam. É fazer uma enunciação que, em essência, não tem valor nenhum. [Também chamado em Latim de dicto simpliciter.]

Exemplo: "Todo mundo sabe que todos os brasileiros são apaixonados por café, carnaval, praia e futebol".

Análise: Não são. Embora consensualmente aceitemos certas preferências coletivas como traços de uma cultura, é preciso respeitar diferenças de gosto e costumes de caráter individual, que excluem café, carnaval, praia e futebol, entre outras práticas do folclore, da alimentação e dos esportes.

23. Argumentando a Partir da Ignorância

Definição: Afirmer que uma determinada enunciação deve ser verdadeira porque não há evidência para refutá-la. [Também chamado em Latim de argumentum ad ignorantiam.]

Exemplo: Um viajante afirma a seus amigos "Há elefantes na Tailândia tão inteligentes que aprendem a se esconder em árvores". Um amigo protesta, dizendo que passou um ano na Tailândia e nunca os viu. O primeiro responde, com óbvia satisfação, "Não te falei? Aqueles danados são inteligentes demais!"

Análise: Por este meio, não é possível provar que não existam dragões, gnomos, serpentes do mar, unicórnios e similares, uma vez que não há evidências contra eles. Disputas religiosas freqüentemente usam essa estratégia. Alguns alegam que a enunciação "Deus existe" é verdadeira, já que não há evidência que comprove o contrário. Quando usada para discutir conspirações na política, fica difícil combater essa falácia.

24. Jogo da Meia-Verdade

Definição: Persuadir o leitor ou ouvinte a acreditar numa afirmação através do ato de esconder alguns elementos principais do conteúdo informativo. É uma falácia difícil de detectar porque é invisível a metade que falta da informação verdadeira.

Exemplo: (Do mundo político)
"A atual Lei para reduzir uso de armas de fogo merece ser suprimida porque, desde que entrou em vigor, houve aumento da criminalidade".

Análise: É necessário averiguar o que de fato aconteceu antes de acreditar na afirmação. Temos que examinar, sobretudo com levantamentos estatísticos, o que aconteceu em outros locais (Estados, países), no mesmo período em discussão. Não é possível aceitar tão facilmente que A causou B. Este também é um exemplo da falácia Post Hoc Ergo Propter Hoc (No. 8).

25. Falácia do "Homem de Palha"

Definição: É a técnica de descrever enganosamente ou de deturpar as idéias do oponente (a fim de destruí-las mais facilmente), para em seguida atacar essas idéias e concluir que foram demolidas. É uma falácia porque deixa de lidar com os argumentos verdadeiros feitos pelo oponente.

Exemplo 1: (Do mundo político)
"A minha oponente nesta batalha para a prefeitura da cidade é favorável à prática do aborto e acreditem, se for eleita, ela e seu partido farão tudo para favorecer sua legalização. Quem vota nela vai ter que responder a Deus por isso."

Análise: A prática de aborto no Brasil não é um assunto da esfera municipal, mas, sim, da esfera federal. Assim, o enunciador está criando um "homem de palha" (ou espantalho), usando um assunto irrelevante à eleição municipal, e sugerindo indiretamente que o seu adversário é incapaz de separar suas crenças particulares (ser temente a Deus) das suas ações políticas (candidatar-se à prefeitura).

Exemplo 2: (Do mundo político)
"Devemos proibir todas as armas. Aqueles que são contra essa proibição não acreditam que muitos crimes envolvem armas, mas as estatísticas provam o contrário".

Análise: Citando um argumento que é obviamente fraco, o locutor espera ganhar a nossa benevolência. Mas sua manipulação do apoio argumentativo é evidente e não-convicente.

26. Falácia de Bifurcação, ou de "Branco ou Preto"

Definição: É a apresentação de uma situação ou condição com apenas duas alternativas, quando na verdade outras alternativas existem ou podem existir. A tentativa é de forçar o ouvinte a concordar apenas com a posição do falante.

Exemplo: (Do mundo político)
"Brasil--Ame-o ou deixe-o".
[Slogan usado pelo governo militar brasileiro na década de 1970.]

Análise: Se não amo o Brasil do jeito que está, não existe a opção de ficar aqui e tentar melhorar a situação, mobilizando políticos e empresários para encorajar mudanças de toda ordem? Maniqueísmo é uma forma de reducionismo; simplificação excessiva deve ser evitada em qualquer julgamento.

27. Mudança do Ônus da Prova

Definição: É transferir, do falante ao ouvinte, a necessidade de dar provas ou evidências para apoiar uma idéia. O "ônus da prova", isto é, a responsabilidade de comprovar um enunciado, é sempre da pessoa que faz a afirmação. Transferir essa responsabilidade para o ouvinte é uma tática desonesta, e dá a impressão de que algo é verdade a não ser que possa ser comprovado como errado.

Exemplo: (Do mundo de discussões religiosas)

"É claro que foi Deus quem criou o mundo e todas as coisas nele. Se você não acredita nisso, então como você explica a beleza do mundo natural e a perfeição do corpo humano?"

Análise: Fé em Deus e suas obras é uma questão de foro íntimo; varia de pessoa para pessoa. O falante nesse caso está se esquivando de sua responsabilidade em fornecer evidência para sua própria afirmação e convenientemente escamoteia a elucidação do dilema para quem não concorda com ele. Além de não ser convincente, sugere proselitismo e desrespeito aos agnósticos.

28. Falácia das Premissas Escondidas

Definição: É a falácia de fazer uma pergunta que contém uma pressuposição que o ouvinte gostaria de negar, mas não tendo argumentos para fazê-lo, é induzido a supor que a interrogativa traz em si uma afirmação. Qualquer resposta à pergunta "por que tal ocorre?" pressupõe que tal de fato ocorre.

Exemplo: (Do mundo político)
"A minha concorrente nas eleições para a prefeitura tem recebido apoio de todos os partidos políticos que antes eram seus inimigos. Por que será? O que está atrás disso?"

Análise: O enunciador está fazendo uma insinuação seguida de perguntas retóricas que têm premissas ocultas. A implicação é de que há algo comprometedor no apoio dos antigos inimigos, mas o falante não oferece evidência para nada nefasto ou de subterfúgio. Ele oferece meias-verdades, com suposições e induções.

29. Estereótipos

Definição: O erro de tratar um indivíduo como se fosse totalmente definido pela sua condição de pertencer a um grupo, ignorando-se totalmente sua individualidade.

Exemplo 1: "Ah, você sabe como é...meninos são sempre desorganizados!"

Exemplo 2: "Ora, que mais você poderia ter esperado de um norte-americano...você sabe como eles são....".

Análise: Desprezar, ridicularizar ou tratar paternalisticamente uma ou mais pessoas por pertencerem a um determinado grupo é injusto e preconceituoso, por deixar de lado seu aspecto mais importante: sua individualidade, sua condição pessoal.

30. Condenando a Fonte

Definição: É a tentativa de desacreditar o oponente, transferindo a atenção da idéia em discussão para a pessoa associada a ela. O falante tenta tirar a veracidade ou credibilidade das idéias do seu oponente através do ataque à pessoa que representa as idéias. Recurso às vezes chamado de "xingação" porque afixa etiquetas que levantam emoções em torno de pessoas, grupos ou idéias. [Também chamado em Latim de argumento ad hominem.]

Exemplo 1: (Do mundo político)
Deputado de um partido político considerado de "esquerda" afirma: "É importante limitar o desenvolvimento de armas nucleares em nosso país porque é possível que os seus efeitos envenenem a atmosfera". E um deputado de um partido considerado de "direita" responde: "Não podemos acreditar na opinião do meu colega porque ele é 'esquerdista', e todo mundo sabe que a 'esquerda' está sempre tentando controlar despesas militares".

Análise: Tudo bem, mas o segundo orador não provou que aquilo que o primeiro falou é falso ou errado. Argumentos têm que ser avaliados pelas suas qualidades intrínsecas e não pelas qualidades das pessoas que os apresentaram.

Exemplo 2: "Talvez nossa empresa precise de uma cooperativa; mas se Walter de Souza está atrás dessa idéia, sou contra. Acho que ele é comunista".

Análise: É irrelevante a questão das convicções pessoais de quem propõe uma idéia: os únicos propósitos que merecem ser discutidos são a validade das afirmações e a qualidade da evidência apresentada em suporte das afirmações.

Exemplo 3: "Aquele pedido parece bom, mas foi João da Silva quem o submeteu. A família do João é rica. Ele não está acostumado a comprar somente o que é necessário; assim sendo, seu pedido vai nos custar mais do que podemos gastar".

Análise: As qualidades boas ou ruins de quem propõe uma idéia não devem entrar na discussão de argumentos a favor ou contra o que quer que seja. O foco de atenção deve ser apenas a idéia ou conjunto de idéias apresentadas para determinado fim.

Exemplo 4: "Você disse que a maioria dos policiais não aceita suborno, mas, afinal de contas, você mesmo é um policial--o que mais você poderia dizer?".

Análise: Supor que a fonte da informação é tendenciosa (a favor ou contra um grupo ou idéia) é agir de forma igualmente tendenciosa, mantendo insolvente o que se põe em questão. É necessário parar de perguntar o que uma pessoa "é ", e, em vez disso, perguntar o que esta pessoa "fez ou está fazendo".

31. Argumento ao Povo, ou Falácia do "Trio Elétrico"

Definição: É a tentativa de distrair a atenção da idéia em discussão e criar no ouvinte o desejo de ser aceito dentro do grupo. Sugere que quanto mais pessoas apoiam uma idéia, mais correta ou verdadeira ela é. Em vez de apresentar evidência referente à falsidade ou qualidade verídica de uma enunciação, substituir a informação por impressões: como as pessoas se sentem sobre ela. [Também chamado em Latim de argumentum ad populum.]

Exemplo 1: "Talvez Henrique viesse a ser o melhor presidente do Clube dos Funcionários, mas todo mundo vai votar em João. Entre na onda. Por que gastar seu voto em alguém que não vai ganhar?"

Análise: Aqui o falante está pedindo que o seu ouvinte jogue fora sua inteligência, bom senso, princípios e caráter para votar em alguém em quem ele não acredita. É uma apelação às emoções, aos sentimentos, ao desejo de estar dentro do grupo que pode vencer; induz o interlocutor a sentir-se fracassado, em vez de sugerir que vote seguindo seus próprios princípios, mesmo sabendo que o seu candidato preferido pode perder.

Exemplo 2: "Todo bom brasileiro deve reconhecer a importância do que estou dizendo. Você é um bom brasileiro, não é? Você concorda comigo?"

Análise: Ninguém tem o direito de forçar os outros a concordar com suas definições sobre quem é bom e quem não é. Intimidação é inaceitável numa discussão entre pessoas educadas. Silogismos construídos com juízos de valor (bom/mau) representam uma forma oblíqua de persuasão de feição opressiva.

Exemplo 3: "A terra é achatada, e todo mundo acredita nisso!"

Análise: Não é possível provar se a terra é achatada ou não, citando crenças coletivas. Na história humana, crenças falsas foram rebatidas com conhecimento de áreas específicas do saber, como a astronomia, a geologia e a geografia, por exemplo.

32. Argumento de Autoridade ou de Antigüidade

Definição: O erro de afirmar que algo está "correto" ou "bom" apenas porque é tradicional, antigo ou foi ratificado por alguém num cargo de mando. [Também chamado em Latim de argumentum ad antiquitatem.]

Exemplo 1: "Maradona é um jogador melhor que Pelé. Acredito nisso porque o chefe do meu pai disse que é".

Análise: Ninguém pode provar se uma determinada enunciação é verdadeira ou não apenas porque alguém, mesmo sendo uma pretensa autoridade, disse que é. Não é o prestígio da autoridade que faz a enunciação verdadeira ou não, mas, sim, a apresentação de evidência para confirmar ou refutar a enunciação, deve-se levar em conta que a opinião da autoridade esteja no campo restrito de sua especialização.

Exemplo 2: "Nós sempre fizemos assim.....".

Análise: Pode ser, mas isso não quer dizer que não está na hora de averiguar se não há uma maneira melhor, mais moderna de fazer o trabalho.

33. Apelação ao Status Sócio-Econômico

Definição: É acreditar ou sugerir que a classe social (ou o poder econômico) do falante é critério para ele ter razão ou não; é assumir como fidedigno que pessoas bem-sucedidas financeiramente são certamente honestas. [Também chamado em Latim de argumentum ad crumenam.]

Exemplo: "O meu candidato a prefeito não precisa roubar. Ele já é muito rico".

Análise: Não há uma verdadeira relação causa e efeito entre a primeira parte da frase e a segunda. O falante não oferece evidência convincente sobre a honestidade do candidato (por exemplo, ter apresentado uma conduta digna quando ocupava cargos políticos anteriormente, terminando o mandato com a reputação, em todos os setores, de ter sido exemplarmente honesto).

34. Apelação à Pobreza

Definição: É acreditar ou sugerir que a pobreza do falante garante que ele ou ela seja mais virtuoso, mais honesto, mais "puro" do que alguém que seja rico. [Também chamado em Latim de argumentum ad lazarum.]

Exemplo: "Eu sou o melhor candidato a prefeito, porque não sou nem doutor, nem madame".

Análise: Usar uma condição social desfavorável como argumento é ocultar um silogismo, induzindo-nos a inferir falsamente que pobres são incorruptíveis e ricos ("doutor" e "madame"), por oposição, seriam venais. Sabendo que as pessoas nem sempre se comportam de acordo com o código de ética típicos dos grupos a que pertencem, é impossível aceitar cegamente a argumentação.

35. Argumento Dirigido às Emoções, ao Sentimento de Pena

Definição: É a tentativa de ignorar a evidência e convencer o ouvinte a acreditar numa afirmação baseada no seu sentimento de comiseração, ou de superstição. [Também chamado em Latim de argumentum ad misericordiam.]

Exemplo 1: (Do mundo do tribunal de justiça)

"Membros do júri, o réu nunca poderia ter cometido esse crime. Afinal de contas, ele tem esposa e seis filhos".

Análise: Suas responsabilidades familiares são irrelevantes em relação à sua culpabilidade; o papel social de marido e pai não isenta um indivíduo de ter interesses criminosos ou desvios patológicos de comportamento.

Exemplo 2: (Do mundo político)

"Meus amigos, a minha concorrente para a prefeitura tem o '13' como número do seu partido. Não vote no '13'. Dá um tremendo azar!"

Análise: Argumentos de ordem mística não são credíveis. Aquele que os emprega busca a intimidação pela crença infundada ou pelo temor a uma superstição.

36. Falácia da Conclusão Irrelevante

Definição: É o erro de começar a provar um fato, mas acabar provando outro. [Também chamado em Latim de ignoratio elenchi.]

Exemplo: (Do mundo político)
"Para a imprensa, que quer saber se eu mantenho contas bancárias em paraísos fiscais, eu lembro as obras mais importantes da minha administração, entre elas um hospital, e que estive de férias na Suíça quando me acusaram injustamente".

Análise: Isto é uma prova de que é da máxima importância prestar toda atenção ao conteúdo do que está sendo dito. Certos políticos em debates de televisão, por exemplo, são brilhantes em não responder diretamente às perguntas feitas a eles, e em vez disso respondem sobre outro assunto tangencial e mais "conveniente".

37. Falácia de "Dois Erros Fazem um Certo"

Definição: É o erro de justificar a idéia de que duas ações erradas se cancelam e terminam com um valor positivo. Mas não é possível corrigir uma ação errada através de mais uma ação errada. Essa falácia é uma apelação à idéia de consistência; o procedimento falacioso está em colocar "panos quentes" num problema, sem lidar diretamente com o assunto em discussão. [Também chamado em Latim de tu quoquo.]

Exemplo 1: "Nixon não deveria ter sofrido processo de impeachment no escândalo Watergate; outros presidentes permitiram escândalos piores".

Análise: O que outros presidentes fizeram não tem nada a ver com a questão, a não ser que o arguidor possa provar que eles também não deveriam ter sido depostos por impeachment.

Exemplo 2: "Vou votar naquele político embora saiba que ele é do tipo "rouba-mas-faz".

Análise: Quer dizer, o falante aceita a desonestidade como inevitável, e até a aprova, pois acredita que um comprometimento moral (desonestidade) é irrelevante para quem administra uma cidade ou um Estado, já que o mais importante parece ser o caráter empreendedor (fazer obras).

38. Apelação para Consideração Especial

Definição: É a falácia, por parte do falante, de sugerir que exigências mais lenientes ou suaves sejam usadas ao considerar os seus argumentos. É pedir consideração menos exigente ou menos estrita do que normalmente seria o caso em instâncias similares.

Exemplo: "Senhores juízes, defendo o direito a tratamento médico fora da detenção (em cadeias e prisões) para portadores de diploma de curso superior e acho desnecessário ter que enumerar as muitas justificativas inerentes ao assunto".

Análise: As injustiças em muitas sociedades derivam da arbitrariedade entre dois pesos e duas medidas na avaliação de argumentos. Um ideal de justiça corresponde à equidade de critérios de julgamento, numa lógica comum a todos os cidadãos, sem a possibilidade de prerrogativas, permissividade ou promiscuidade intelectual.

39. Apelação pela Novidade

Definição: É o erro de afirmar que uma escolha ou uma atitude é mais correta ou melhor simplesmente porque é nova, ou mais nova do que outra. [Também chamado em Latim de argumentum ad novitam.]

Exemplo: "Voe para Europa pelo Concord, a mais nova maneira de reduzir distâncias entre os continentes. A avançada tecnologia faz do Concord a melhor expressão de inovação, conforto e segurança nos céus. Sua vida se renovará nas asas do Concord".

Análise: O termo "progresso" é freqüentemente usado para justificar a adoção de certas medidas. Mesmo sendo uma variante do conceito de progresso, a expressão "inovação tecnológica" não implica renovação de vida e nem garante totalmente a segurança ou a integridade física dos passageiros contra qualquer sinistro, atentado ou queda.

40. Apelação pela Repetição

Definição: É acreditar que uma afirmação é mais provável de ser verdadeira quanto mais vezes é dita. É tentar persuadir pessoas não pela qualidade da evidência em suporte da afirmação, mas pela constância com que se repete. [Também chamado em Latim de argumentum ad nauseum.]

Exemplo: (Do mundo político)
"Vamos enfiar esta mensagem do nosso candidato goela abaixo do povão com 'spots' de trinta segundos a cada quinze minutos o dia inteiro, em todas as rádios do país. Vamos saturar o eleitorado com a nossa visibilidade. Vamos vencer a oposição pela saturação da praça".

Análise: Ceder aos imperativos da publicidade repetitiva é embotar a capacidade de discernir e questionar, pois subjaz à mensagem um segundo apelo falacioso: o candidato tem condições de bancar seu marketing (ou de trocar favores com a mídia), por isso ele está credenciado politicamente.

41. Falácia da Redução ao Absurdo

Definição: É o erro de levar uma idéia ou conjunto de idéias a suas conseqüências lógicas mais absurdas, e com isso tentar destruir qualquer validade inerente a elas. [Também chamado em Latim de *reductio ad absurdum*.]

Exemplo: (Do mundo empresarial)
"Se continuamos permitindo a substituição generalizada de indivíduos por robôs em todos os setores industriais, inevitavelmente teremos desemprego total dos trabalhadores e uma revolução social de enormes proporções".

Análise: Desconsiderar os recursos sociais que implicam uma mudança radical é estreitar os argumentos numa suposição extremada. É preciso pensar no contexto de mudanças nos setores de prestação de serviços (como conseqüência do avanço industrial), absorvendo a mão-de-obra excedente e o investimento na ampliação de tempo livre por parte daqueles que antes trabalhavam na indústria.

42. Diversão

Definição: É o erro de introduzir uma anedota ou historinha com efeitos humorísticos, num discurso, para distrair a atenção do ouvinte dos argumentos pertinentes à discussão. Não é logicamente válido desviar uma corrente de raciocínio com casos tangenciais.

Exemplo: "Os argumentos da indústria tabagista contrários à criação de leis contra o fumo me lembram da fábula do lobo gordo que provou com um grande 'show' de lógica que estava na natureza dos carneiros serem comidos".

Análise: Digressões, cujo mote é anedótico, são inofensivas, mas não devem ser interpretadas como provas; são ilustrações que carregam juízos preconceituosos, pois destacam com falsa metáfora ou representação simbólica da sujeição, de um lado, e da arrogância do poder, de outro, num antagonismo devorador, que é figurativo, mas aceito consensualmente por conta do fabulário ou anedotário popular.

43. A Falácia Temática

Definição: É o erro de assumir que temas ou títulos de cunho elevado (intelectualmente, esteticamente ou espiritualmente) garantam a importância de teses, livros ou outras obras.

Exemplo: (Do mundo acadêmico) "A Missão Divina do Educador" (como título de uma dissertação).

Análise: O esforço de usar um título tão abstrato garante não o estabelecimento da importância da obra, mas a tentativa de impressionar por recursos semânticos impregnados de valor messiânico ("missão" e "divina"), encobrendo sua provável superficialidade ou acrescentando uma aura mística para olharmos com venerável respeito sua provável não-cientificidade.

44. Reduccionismo Excessivo

Definição: O erro de simplificar excessivamente idéias que fazem parte de contextos complexos e intelectualmente sofisticados, como os discursos científicos e teológicos. A simplificação excessiva acaba sendo um jogo de meias-verdades. [Também chamado em Latim de plurium interrogationum.]

Exemplo: (Do mundo da religião)
"A idéia expressa por Darwin de que o Homem é descendente do macaco é absolutamente inaceitável, pois a Bíblia diz que descendemos de Adão e Eva".

Análise: Uma teoria, comprovada ou não, não pode ser reduzida ao fundamentalismo de qualquer religião. A teoria da evolução é apenas um exemplo. Mesmo idéias de cunho científico, até serem confirmadas ou refutadas, merecem nosso ceticismo. Albert Einstein uma vez observou sobre os perigos de popularização de idéias científicas: "Se as explicações são fáceis demais, simples demais, o leitor pode ser enganado e acreditar que compreende algo quando de fato o autor deixou de delinear a verdadeira profundidade ou beleza de uma conquista científica".

45. Ameaça de Uso de Força

Definição: É um argumento que tenta intimidar o ouvinte para garantir sua concordância com as idéias da afirmação. [Também chamado em Latim de argumentum ad baculum.]

Exemplo: (Do mundo de religião) "Faça assim ou você vai para o Inferno quando morrer!"

Análise: Ameaças de ordem punitiva normalmente são usadas quando não há argumentos coerentes para aderir à idéia expressa, sobretudo quando a sentença envolve o cumprimento de penas em lugares que se firmaram por força da crença num imaginário alegórico, produto da impostura ancestral do fundamentalismo religioso.